ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS DA MANAUS PREVIDÊNCIA – COMINV.

1. **DATA, HORA E LOCAL:** Em 08 de maio de 2017, às 09h, na sala de reunião da Sede da Manaus Previdência, situada na Av. Constantino Nery, 2480 – Chapada, Manaus/AM.
2. **PARTICIPANTES:** Raquel Ale Campos, Ana Silvia dos Santos Domingues, Armilena Viana da Trindade, Edson Palheta Brasil, Janio José Paes Guimarães, Raimundo Nonato de Oliveira, e Carolinne Nunes dos Santos.
3. **PAUTA:** Credenciamento da gestora Vinci Partners; Aprovação do relatório mensal de fevereiro de 2017; Apresentação de proposta de fundo imobiliário para o Edifício Jorge Teixeira (Garajão); Análise da carteira da Manaus Previdência.
4. **ASSUNTOS TRATADOS:** A Presidente do Comitê iniciou a reunião comentando sobre a aprovação do credenciamento da gestora Vinci. O membro Jânio então indagou se o credenciamento já não havia sido aprovado pela maioria do Comitê em reunião passada, afirmando que no seu entendimento a Vinci já estava credenciada pelo Cominv, todavia, em decorrência do impasse com o processo administrativo sancionador Nº RJ2012/9808 junto à CVM, referente à Vinci Equities Gestora de Recursos Ltda., o Diretor-Presidente juntamente com o Comitê decidiram solicitar uma consulta formal do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas. A Presidente então explicou que a gestora só é credenciada de fato quando o ato de Despacho de Homologação é publicado no Diário Oficial do Município, o que até agora ainda não ocorreu, devido ao pedido de reconsideração e as ponderações realizadas pelo Diretor-Presidente, Sr. Marcelo Magaldi, em reuniões pretéritas. Passando para outro tópico, disse que o relatório de investimento de fevereiro já havia sido referendado pelo Diretor-Presidente, e hoje seria submetido à análise e aprovação pelo Cominv. O membro Janio então questionou a Presidente sobre o trâmite do relatório, afirmando que, num processo natural de aprovação do relatório mensal, o mesmo deveria primeiro passar pelo crivo do Comitê e, depois, seguir para apreciação do Diretor-Presidente, e não ao contrário, como vem ocorrendo. E continuou *"Sendo assim, ele viria da Superintendência a qual detém o conhecimento técnico e a atribuição de fazê-lo, depois passaria pela aprovação do Cominv, para em seguida ser remetido ao conhecimento e homologação do Diretor da Autarquia, não cabendo, a meu ver, essa aprovação prévia do Presidente. Além disso, atualmente, a Autarquia teve a sorte de ter um Presidente que detém conhecimentos técnicos sobre investimentos, e quando surgir um que não possua? Por isso, temos que nos resguardar, afinal de contas somos um órgão colegiado, que possui membros preparados para analisar com competência o relatório"*. A Presidente então pediu a palavra e explicou que atualmente o trâmite vem sendo esse, a Superintendência elabora o relatório, encaminha para o Presidente via *"siged"*, este, após análise, atesta através da assinatura digital, e devolve para a Superintendência de Investimentos. A Presidente, por fim, traz para análise e aprovação do Comitê. O membro Janio seguiu insistindo que formalmente essa não era a melhor maneira de referendar um relatório de investimento, e que os membros, em momento oportuno, poderiam pensar numa maneira de alterar o atual procedimento de aprovação. O membro Ana Silvia, todavia, defendeu que, sendo o Diretor-Presidente o gestor responsável pela Autarquia, e o referido relatório de investimento advém de um dos setores da Manausprev, deveria sim primeiramente passar por seu conhecimento e apreciação, uma vez que é ele quem responde na pessoa física pelas decisões de investimentos deliberadas pelo Comitê e suas consequências. Os

membros Armilena, Raimundo Nonato, e a Presidente concordaram com o posicionamento do membro Ana Silvia. O membro Jânio pontuou que gostaria de retomar essa discussão num outro momento. Retomando o tópico da Vinci, a Presidente questionou novamente dos membros se todos estavam de acordo com o credenciamento da Vinci Gestão de Patrimônio Ltda., e, se sim, se o valor para aplicação no fundo de ações Vinci Selection ainda seria os 5 milhões de reais. O membro Jânio então sugeriu que o valor fosse aumentado para 10 milhões de reais, uma vez que as circunstâncias que os deixavam receosos foram devidamente esclarecidas pela equipe da Gestora. A Presidente pediu a palavra e disse que em princípio, realmente, o Cominv havia pensado no valor de 10 milhões de reais como possibilidade de aporte nesse fundo, no entanto, como houve muita demora para que o credenciamento fosse aceito, e os membros acharam por bem não deixar o dinheiro indexado ao DI, a Presidente recapitulou que foi feito então um aporte de 2,5 milhões de reais no XP Investor FIA e outro de mesmo valor no fundo de ações da Bozano. Sendo assim, dos 10 milhões de reais que iriam para o Vinci Selection, 5 milhões já foram aplicados. O membro Janio disse que concordava, mas propôs que ficasse aberta a possibilidade de novo aporte, caso o cenário econômico se apresentasse propício para isso. Nesse sentido, todos os membros presentes do Comitê de Investimentos referendaram o credenciamento da Vinci Gestão de Patrimônio Ltda, e também aprovaram uma aplicação de R$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) no FIA Vinci Selection. Dando continuidade, a Presidente ainda sugeriu que quando os lucros dos outros fundos de ações mais voláteis fossem realizados, seria interessante realocá-los nesse fundo da Vinci, uma vez que o "risco *versus* retorno" é bem atrativo. Sobre o fundo Ecohedge, disse que está numa incógnita, pois a carteira está com espaço disponível na categoria de Multimercado, e atualmente há vários fundos bem interessantes dessa natureza, no entanto, o seu receio é de que o Comitê invista num novo fundo Multimercado, e que, logo em seguida, seja feita uma reavaliação do fundo Ecohedge, o preço dele suba, e a carteira fique desenquadrada, já que apenas esse fundo já integra 2% (dois por cento) dos 5% (cinco por cento) destinados a essa categoria. Disse que questionou da Gestora sobre a possibilidade do preço subir ou não, já que o fundo encontra-se com alguns problemas; tendo a obra já finalizado, a primeira parcela da CCI vencido no início de abril, e a construtora não realizou o pagamento, resultando em mais uma provisão negativa no fundo de aproximadamente no valor de 2 milhões de reais. Obteve como resposta da gestora que essa situação ainda estava incerta, mas que uma possível reprecificação não estava descartada. A Presidente então falou que, como alternativa, vai estudar e buscar fundos multimercados com liquidez alta, ou seja, imediata. Porque, caso ocorra de fato a reprecificação, há a possibilidade de resgatar com rapidez. Passando para o último tópico da pauta, a Presidente comentou sobre a situação problemática do Edifício Jorge Teixeira (Garajão), do qual a Manaus Previdência é proprietária. O receio de realizar um investimento para reformá-lo, seria o risco do não retorno do valor aplicado. Além disso a Presidente entende que não é da essência, nem da finalidade da Manausprev a gestão desse imóvel. Atualmente, ela vem buscando meios para tratar dessa situação. A primeira alternativa seria a venda do imóvel, no entanto a mesma não poderia se concretizar se no leilão o preço fosse abaixo do valor estabelecido no patrimônio da Autarquia, que, conforme avaliação da Caixa, é de aproximadamente R$ 11.700.000,00 (onze milhões e setecentos reais). A segunda alternativa foi estruturar um fundo imobiliário em conjunto com outros institutos de previdência da região Norte. Ela explicou também que pela norma a Manaus Previdência só poderia ter 25% (vinte e cinco por cento) de um fundo, por isso que a ideia de agregar outros cotistas que também possuam imóveis ajudaria auxiliar na manutenção desse limite, afirmando que uns 05 (cinco)

institutos de previdência seriam o ideal para compor o fundo. A Presidente também informou que viajará nessa tarde para participar de uma feira de investimentos no Rio de Janeiro, que terá apresentações sobre FIP'S e FIDC'S. Complementou dizendo que aproveitará essa oportunidade para estudar novas ideias de como explorar o Edifício Garagem, e as trará para os membros do Comitê. O membro Jânio então questionou se a Presidente já havia verificado com o escritório Bichara Advogados a viabilidade desse fundo imobiliário. A Presidente respondeu que sim, explicando que um dos represented do escritório disse que era possível, sendo necessário, no entanto, a proposta estar bem alinhada juridicamente com todos os outros institutos partícipes, e que se colocariam à disposição para direcionar a Manausprev nesse sentido. Antes de finalizar a reunião, a Presidente procedeu com a apresentação do relatório mensal. Ao conceder a palavra aos membros, nenhum dos presentes manifestou objeções, restando então aprovado o relatório mensal de fevereiro pelo Cominv. Tendo sido esses os assuntos constantes da pauta deu-se por encerrada a reunião, às 10h30 (dez horas e trinta minutos), da qual, eu, Carolinne Nunes dos Santos, participei e lavrei a presente Ata que assino com os demais conselheiros. Para fins de registro, informo que o membro Flávio de Castro se encontra de férias.

PARTICIPANTES

Raquel Ale Campos ***(Presidente do Comitê de Investimentos)*** .....
Ana Silvia dos Santos Domingues ***(Membro)*** .....
Armilena Viana da Trindade ***(Membro)*** .....
Edson Palheta Brasil ***(Membro)*** .....
Janio José Paes Guimarães ***(Membro)*** .....
Raimundo Nonato de Oliveira ***(Membro)*** .....
Carolinne Nunes dos Santos ***(Secretária)*** .....